



Guedes prepara novo ataque contra o salário mínimo e benefícios previdenciários para depois das eleições

Projeto fará com que o salário mínimo e os benefícios previdenciários sejam reajustados abaixo da inflação, prejudicando ainda mais o poder de compra dos brasileiros



O ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende lançar um “novo marco fiscal” visando “quebrar o piso”, criando uma espécie de licença para gastos extrateto, mas segurando os benefícios previdenciários ou atrelados ao salário mínimo.

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o plano que seria apresentado após uma eventual reeleição de Jair Bolsonaro (PL) prevê a desindexação do salário mínimo e dos benefícios previdenciários, hoje corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior, o que assegura a reposição da perda inflacionária para famílias com renda de até cinco salários mínimos.

“Trechos da proposta obtidos pela Folha afirmam que ‘o salário mínimo deixa de ser vinculado à inflação passada’. Na nova regra, o piso ‘considera a expectativa de inflação e é corrigido, no mínimo, pela meta de inflação’. O gasto com benefícios previdenciários ‘também deixa de ser vinculado à inflação passada’”, ressalta a reportagem.

Fonte: 247

Caixa reduz verbas para agências

No afã de “mostrar serviço”, banco aumenta demanda por empréstimo consignado do Auxílio Emergencial e corta recursos para insumos necessários no atendimento aos clientes



A Caixa Econômica Federal tem lançado, nos últimos meses, diversos produtos voltados para as classes mais baixas e para as mulheres, como a concessão de empréstimos consignados para beneficiários do Auxílio Emergencial. Tais medidas têm aumentado a demanda pelos serviços. Em contrapartida, o banco vem reduzindo os recursos para a aquisição de insumos utilizados no dia a dia do atendimento aos clientes. Para as entidades de representação dos empregados, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa

(Fenae), o banco está sendo utilizado com finalidades políticas e as condições de trabalho precarizadas.

“As empregadas e empregados, que já estavam sobrecarregados, estão tendo que trabalhar ainda mais. Em alguns casos, o tempo de espera para atendimento é de mais de três horas”, observou a bancária da Caixa e diretora executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Eliana Brasil.

Para a diretora da Contraf-CUT, o aumento da demanda está sendo realizada sem o devido cuidado. “Vem ocorrendo de uma forma

atabalhoada. Não há contratação proporcional para atendê-la, nem dotação para o pagamento de horas-extras e tampouco melhora da estrutura de atendimento. Ao contrário, o banco vem reduzindo os recursos do 'caixinha' para a compra, em 'pronto pagamento' pelas agências, de materiais descartáveis, café, açúcar e até grampos de papel e papel higiênico. Os próprios empregados precisam colocar dinheiro do bolso para estes produtos”, explicou Eliana, ao lembrar que a falta destes materiais prejudica o bom atendimento.

Em entrevista concedida pela presidenta da Caixa, Daniella Marques, ao programa Pânico, da Jovem Pan, o apresentador Emílio Surita elogiou o atendimento da gerente de sua agência, mas reclamou do “café frio”. “O que ele não sabe, é que, como o pó de café é comprado pelos empregados, não dá para fazer café a toda hora. O mesmo acaba ficando frio. Café quente tem em Brasília, na matriz do banco, como observou a própria Daniella. Lá o dinheiro para a compra do pó não sai do bolso dela e tem copeira para fazer café na hora, o que não tem nas agências”, disse.

Uso político da Caixa

Entidades de representação dos empregados, como a Contraf-CUT e a Fenae, vêm denunciando o uso da Caixa para finalidades políticas desde a gestão de Pedro Guimarães e, após a sua queda, a continuidade deste mal-uso pela atual gestão, com a criação de produtos voltados às mulheres.

Agora, desde o dia 11, a Caixa passou a conceder empréstimo consignado aos beneficiários do Auxílio Emergencial. Na segunda-feira (17), a presidenta do banco

afirmou que, até sexta-feira (14), a Caixa havia concedido R\$ 1,8 bilhão de crédito consignado a 700 mil beneficiários do Auxílio Emergencial. Ou seja, bastaram três dias para que houvesse tamanha disponibilização de recursos.

Outros bancos também foram liberados para conceder empréstimos consignados para este público, mas consideram a operação arriscada e não abriram esta linha de crédito.

Coincidência ou não, a população de baixa renda e as mulheres compõem justamente os públicos onde a rejeição ao presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), é maior. Isto fez com que o Ministério Público visse o possível “desvio de finalidade” e uso “meramente eleitoral” da Caixa e pedisse a suspensão da concessão pelo banco de empréstimo consignado aos beneficiários do Auxílio Emergencial.

“Estamos denunciando o uso político da Caixa desde quando Pedro Guimarães estava à frente do comando do banco e, como vemos, a atual gestão manteve esta mesma postura”, disse a diretora da Contraf-CUT.

O diretor do Sindicato dos Bancários do ABC, Hugo Saraiva, reforça a crítica de Eliana Brasil. “O governo federal faz uso eleitoreiro da Caixa a favor da candidatura do atual presidente e, em alguns locais, a procura de informações e pedidos de empréstimo consignado já se compara à demanda do Auxílio Emergencial como um todo, levando até mesmo gerentes de contas empresariais (PJ) a ter que realizar atendimentos para este público”, concluiu.

FONTE: CONTRAF

Caixa é condenada a indenizar funcionário que Pedro Guimarães obrigou a comer pimenta

Sentença é da Justiça do Trabalho do Amazonas. Ex-presidente da Caixa também dirigiu “comentários homofóbicos” ao empregado, segundo decisão



Andre Borges/Esp. Metrôpoles

Após reportagens publicadas pela coluna em junho revelarem casos de assédio moral e sexual envolvendo o banqueiro Pedro Guimarães, então presidente da Caixa, um funcionário do banco que trabalha no estado do Amazonas decidiu ir à Justiça em razão de um episódio pelo qual passou em outubro de 2020.

A ação foi ajuizada em julho. Nela, o funcionário reclama de ter sido achincalhado por Guimarães durante uma viagem oficial ao município de Manacapuru, a 98 km de Manaus, para um evento do programa Caixa Mais Brasil, o mesmo que é mencionado em várias das denúncias de assédio contra o banqueiro.

Segundo o relato levado à Justiça do Trabalho, durante um jantar para reconhecer os bons funcionários do banco na região, Pedro Guimarães quis que eles comessem uma bacia de pimentas vermelhas amassadas – era, teoricamente, mais um dos polêmicos testes de resistência que ele gostava de aplicar em eventos corporativos para medir o grau de resiliência dos empregados.

A pimenta foi servida pelo próprio Guimarães, com uma concha. Para tornar o “desafio” menos picante, o funcionário pingou algumas gotas de limão sobre a porção que lhe foi oferecida. Neste momento, ouviu comentários homofóbicos do então presidente da Caixa, que o teria chamado de “bambi”, “são paulino”, e teria dito que a mesa dos “frescos” era do outro lado.

Motivado pela repercussão das denúncias feitas em Brasília, o funcionário pediu uma indenização. O juiz do caso entendeu que não se tratou de assédio moral, porque aquele mesmo empregado foi vítima da atitude de Guimarães uma única vez, mas condenou o banco dar a ele R\$ 20 mil a título de danos morais.

O juiz entendeu que o comportamento de Guimarães não está de acordo com o de um alto funcionário e afirma que ele constrangeu seus subordinados, os expôs a situação vexatória e ofendeu o “direito de personalidade” do autor da ação. No decorrer do processo, a própria Caixa admitiu que o comportamento do então presidente foi inapropriado.

Esse não é o único caso que deverá fazer a Caixa desembolsar dinheiro em razão das denúncias que envolvem Pedro Guimarães. Recentemente, o Ministério Público do Trabalho ajuizou uma ação civil pública na qual pede que o banco pague R\$ 305 milhões pelos episódios de assédio sexual e moral contra funcionárias e funcionários. A ação decorre de uma apuração iniciada a partir das reportagens da coluna. Do próprio Guimarães, o MP cobra R\$ 3 milhões. O processo ainda está em tramitação. Há, ainda, uma investigação criminal em andamento no Ministério Público Federal.

Fonte: Metrôpoles - Celimar de Meneses

Alimentação subiu muito mais que salário

De janeiro de 2019 até hoje, salário mínimo foi corrigido em 27,04%, enquanto a cesta básica subiu até 71%



De janeiro de 2019 a agosto de 2022, a cesta básica subiu 71% em Curitiba, Florianópolis e Recife. Essas foram as maiores elevações medidas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que acompanha esse valor em 17 capitais do país. Com essa alta, a compra dos alimentos fundamentais para uma família média alcançou nessas cidades R\$ 685,69, R\$ 746,21 e R\$ 598,14, respectivamente.

São Paulo, com variação de 60% no mesmo período, é a cidade com a cesta mais cara: R\$ 749,78. Logo a seguir, estão Florianópolis (R\$ 746,21), Rio de Janeiro (R\$ 717,82) e Curitiba (R\$ 685,69). Mesmo em Aracaju, onde se compra a cesta mais barata, a situação não é nada fácil, pois o índice foi de 51%, o que elevou o preço de R\$ 356,56 para R\$ 539,57 no período.

A inflação oficial do país, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é a base para correções salariais, foi de 25,26% nesse intervalo de janeiro de 2019 a agosto de 2022.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Outro indicador básico do comportamento da inflação no país, também medido pelo IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumido (INPC) ficou em 27,01%, igualmente bem abaixo da alta que sofreram os alimentos.

O salário mínimo, a principal referência de renda para as famílias que enfrentam mais dificuldades financeiras no Brasil, também teve correção muito abaixo da alta dos alimentos. Seu valor, que era de R\$ 954 em 2018, está hoje em R\$ 1.212. Ou seja, no período em questão teve um reajuste de apenas 27,04%.

Básico do básico

Nessa situação tão adversa, em que os ganhos reduzem e os preços sobem sem parar, é de se esperar que as famílias, sem dinheiro suficiente para consumir uma cesta básica completa por mês, tenham que escolher muito o que podem comprar, para fugir da fome. Mas isso também tem ficado a cada dia mais difícil, pois os preços dos itens mais básicos da alimentação também não dão uma trégua.

Todos os itens ficaram muito caros, mas entre os que mais chamam a atenção estão o óleo de soja, que subiu entre 188% (em Vitória) e 138% (Rio e Belo Horizonte); o leite, entre 151% (Florianópolis) e 82% (Belém); o café, entre 127% (Goiânia) e 63% (Rio); a carne, entre 103% (Belém) e 57% (Aracaju). Com essa carestia do preço dos alimentos, nem banana se encontra mais a preço de banana: a fruta, por exemplo, subiu 107% em Campo Grande, 91% em Brasília e 83% em Natal.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF